



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FUNDAMENTAIS E SOCIAIS
CAMPUS II - AREIA-PB

ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)
NA COMUNIDADE NEGRA DE CAMARÁ

CARLA RAFAELA PEREIRA DA SILVA

Areia/PB
Fevereiro de 2013

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS
(PAA) NA COMUNIDADE NEGRA DE CAMARÁ**

Areia/PB

Fevereiro de 2013

CARLA RAFAELA PEREIRA DA SILVA

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)
NA COMUNIDADE NEGRA DE CAMARÁ**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Engenheiro Agrônomo pelo Curso de Agronomia
da Universidade Federal da Paraíba.**

Orientador:

Prof. Dr. Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho

Co-orientadora:

Profa. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberg

Areia/PB

Fevereiro de 2013

CARLA RAFAELA PEREIRA DA SILVA

**ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA
COMUNIDADE NEGRA DE CAMARÁ**

Monografia aprovada pela Comissão Examinadora em: ____/____/____.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho
Orientador – CCA/UFPB

Profa. Dra. Ana Cristina Silva Daxenberg
Co-orientador – CCA/UFPB

Eng^a. Ana Carolina Carvalho de Lima
Examinador – CCA/UFPB

Areia/PB

Fevereiro de 2013

DEDICATÓRIA

A DEUS,

*Senhor, obrigada porque sei que sempre estás presente em minha vida.
Agradeço-te por ter me dado à vida e por guiar os meus passos,
Tanto nos momentos mais difíceis, como nas alegrias e conquistas.*

AOS MEUS PAIS CÍCERA E VALDO,

*Dedico esse trabalho a vocês, por serem as pessoas mais importantes para mim
e os que me ensinaram os valores da vida, da honestidade, humildade e do
amor. Obrigada por serem exemplo de perfeição e dedicação a nossa família.*

AGRADECIMENTOS

São inúmeros os agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pela permissão da vida, força e coragem para prosseguir nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, por cada sacrifício que fizeram por mim, pelo exemplo de pessoas íntegras e por todos os ensinamentos que me fizeram ser quem eu sou.

A minha irmã Kel e meu irmão Ricardo e meus sobrinhos Arthur e Eike, por terem proporcionado momentos de alegrias e compartilhado com minhas angústias e inquietações ao longo realização deste trabalho.

Ao meu namorado Pedro pelas idas e vindas à comunidade sempre que precisei. Te agradeço pelas inúmeras revisões de texto que foram feitas, pela paciência, pois muitas vezes você suportou minha chatice sem ter culpa de nada. Pelo companheirismo, pois você sempre esteve junto de mim nas alegrias e nas tristezas me apoiando e me empurrando adiante não permitindo que eu caísse. Pelos conselhos, os quais guardo comigo e tento segui-los, pelo amor e carinho, pois esses são meu alicerce os quais me permite lutar. Pela disposição em ajudar e pela generosidade, pois estava sempre disposto a ajudar no que fosse necessário.

Enfim!!! Graças a sua presença foi mais fácil transpor os dias de desânimo e cansaço!

Ao meu orientador, Rosivaldo e professora Ana Cristina, que me fizeram aprender muito, me fazendo crescer tanto profissionalmente, como emocionalmente, obrigado pelas palavras certas nas horas certas, pela paciência, amizade e acompanhamento constante e contribuições neste trabalho, com quem tive o prazer de trabalhar e de receber as primeiras orientações sobre o tema.

Aos agricultores da Comunidade Negra de Camará, pela simplicidade e simpatia com que me receberam em suas casas. Em especial, agradeço ao presidente da Associação o Sr. Rivaldo, pela paciência em responder tão longos questionamentos acerca do PAA.

Aos amigos que fiz durante o curso pela verdadeira amizade que construímos em especial, aos meus queridos amigos Ewerton, Shara, Karen e Fernando, anjos que surgiram na minha vida e conquistaram um lugar especial no meu coração. Por vocês tenho profunda admiração, carinho e respeito. Muito obrigada por sempre me ajudarem quando precisei. Vocês serão meus maiores orgulho. Terão para sempre minha eterna gratidão

Agradeço também a Sayonara e a Jula pelo carinho e por terem compartilhado inúmeros momentos de alegria, me ensinado que precisamos de muito pouco para ser felizes

mesmo frente às adversidades. Sinceramente, não tenho palavras para agradecer toda paciência, carinho e amizade que sempre tiveram por mim.

A todos os professores do curso, pela paciência, dedicação e ensinamentos disponibilizados nas aulas, cada um de forma especial contribuiu para a conclusão desse trabalho e conseqüentemente para minha formação profissional.

Obrigada também ao CNPq pela bolsa de estudos de que dispus durante alguns anos do curso, fundamental para conclusão do trabalho

Enfim, a todos que de alguma maneira contribuíram para a execução desse trabalho, seja pela ajuda constante ou por uma palavra de amizade!

Meu muito Obrigada!!!

RESUMO

A agricultura familiar é considerada um segmento de extrema importância para o abastecimento interno do país e para a renda de milhares de brasileiro. Entretanto, enfrenta muitas dificuldades para acessar o mercado, especialmente entre os agricultores com menos recursos. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do programa Fome Zero e tem como objetivo garantir o acesso a alimentos e a venda de produtos da agricultura familiar, visando auxiliá-los no enfrentamento dessas dificuldades e no aumento de sua renda. Considerando este cenário, o objetivo deste trabalho é analisar o PAA na Comunidade Negra de Camará, na qual quinze famílias estão participando do programa na modalidade de Compra para Doação Simultânea (CDAF), executada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Esta comunidade, como tantas outras comunidades rurais existentes na Paraíba ainda necessitam de acompanhamento e incentivo para crescer e se desenvolver. Para a consecução dos objetivos deste trabalho foram realizados levantamento de dados por meio da aplicação de questionário semiestruturado. Com os dados obtidos no presente estudo observa-se que o programa busca distribuir e aumentar a renda dos agricultores após participarem do programa; incentivar a produção, por permitir uma regularidade da comercialização e melhoria na qualidade para os produtos agrícolas. Quanto aumento da escala de produção houve “influência positiva” do PAA, à medida que aumentou a área e o volume de produção. Em relação ao planejamento da produção os agricultores passaram, a partir do programa, a planejar e a fazerem registros para efetuar a entrega. Evidenciaram-se dificuldades na comercialização do PAA, relacionadas especialmente: ao transporte, o recurso demorado e o preço barato de alguns produtos. Mesmo assim existem aspectos positivos como: a garantia da venda e a autonomia dos agricultores, o que nos permite afirmar que o PAA tem contribuindo para a inclusão social por meio da ampliação da renda dos agricultores.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Agricultura familiar, Comercialização.

ABSTRACT

Family farming is considered an extremely important sector for a country's domestic supply, and also for the income of thousands of Brazilians. However, that kind of farming has faced many difficulties in relation to market accessibility, as the less fortunate farmers have had problems to sell their products. The Food Acquisition Program (FAP) is one of the actions executed by Zero Hunger Program. It aims at ensuring people to have access to food, and also help the farmers to sell their products from family farming. Thereby, the farmers are helped to face difficulties related to production trading, as well as are able to increase their incomes. Considering all presented, this study aims at analyzing the FAP in a community called Negra de Camará, where fifteen families are taking part in the program, in the *Purchase to Simultaneous Donation* modality, whose responsible is The National Food Supply Company. Such a community, as well as other rural ones in Paraíba, needs assistance and encouragement to achieve improvements. In order to collect data, it was applied a semi-structured questionnaire. Based on collected data, it can be said that the program seeks to distribute and to raise the income of farmers, and also it aims at encouraging production for it allows regular trading and improvements concerning the quality of agricultural products. In relation to production scale, there was a positive influence of FAP, as area and volume production both raised. Concerning production planning, the farmers, helped by the program, started to plan and make registers about all delivered production. It was observed trading difficulties of FAP, in the following areas: transportation, financial resources delay, and low price of some products. Yet, there were positive aspects, such as the sale of products was assured and farmers seemed to have autonomy. Such observations allow us to say that FAP has contributed to social inclusion by increasing farmers' income.

Key-words: Food Acquisition Program (FAP), Family farming, Trading.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Fonte de renda das famílias participantes do PAA.....	31
Gráfico 2. Condição de exploração do imóvel rural praticada pelas famílias na Comunidade Negra de Camará, município de Remígio – PB.	32
Gráfico 3. Distribuição das famílias, quanto à presença de criações animais.	33
Gráfico 4. Motivos dos agricultores em participar do PAA.	34
Gráfico 5. Principais dificuldades para a comercialização no PAA.....	36
Gráfico 6. Tipos de melhoria para execução do PAA.	37
Gráfico 7. Aspectos positivos do PAA.	38
Gráfico 8. Interferência do PAA na quantidade produzida das famílias se o PAA acabasse..	40
Gráfico 9. Interferência do PAA na comercialização se o PAA acabasse.....	40
Gráfico 10. Alternativas de comercialização sem PAA.	42
Gráfico 11. Distribuição dos produtos do PAA.....	43
Gráfico 12. Locais de venda dos produtos antes da participação no PAA.....	43
Gráfico 13. Percepção quanto aos Incentivos no PAA para a melhoria da qualidade dos produtos.	45
Gráfico 14. Produtos fornecidos para o PAA.	46
Gráfico 15. Registro dos dados de produção.	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do Município de Remígio e da Comunidade Negra de Camará.	25
Figura 2. Planta Camará da Comunidade Negra de Camará, município de Remígio – PB. ...	26
Figura 3. Embalagens utilizadas para comercialização do PAA, na Comunidade Negra de Camará, município de Remígio-PB.....	44

LISTA DE QUADRO

Quadro 1. Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	22
--	----

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Síntese relativa às mudanças ocorridas na produção e comercialização após a implantação do PAA.....	39
--	----

LISTA DE SIGLAS

ATER Assistência Técnica e Extensão Rural

ACONCA Associação da Comunidade Negra do Camará

CONAB Companhia Nacional de Abastecimento

CDAF Compra Direta da Agricultura Familiar

CDAF Compra para Doação Simultânea

CPR Estoque Formação de Estoque pela Agricultura Familiar

DAP Declaração de Aptidão ao PRONAF

DAPA Declaração de Aptidão de Acampado

EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IPCL Incentivo à Produção e Consumo do Leite

MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome

MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPOG Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MAPA Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MF Ministério da Fazenda

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF Política Nacional da Agricultura Familiar

PIB Produto Interno Bruto

PFZ Programa Fome Zero

SESC Serviço Social do Comércio

SÚMARIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 OBJETIVOS	17
2.1 Objetivo Geral:	17
2.2 Objetivos Específicos:	17
2.3 Hipóteses	17
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
3.1 Agricultura Familiar	18
3.2 Inserção da Agricultura Familiar nos Mercados Institucionais.....	19
3.3 Programa de Aquisição de Alimentos	20
3.4 Estratégias de Comercialização dos Agricultores Familiares para os Mercados Institucionais	23
4 MATERIAL E MÉTODOS	25
4.1 Área de estudo	25
4.2 Caracterização da Comunidade	25
4.3 Procedimentos de Amostragem	28
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
5.1 Composição da Renda Familiar	30
5.2 Caracterização da Terra e Produção	32
5.3 Divulgação e Percepção do PAA.....	33
5.4 Mudanças na produção e comercialização	38
5.5 Qualidade dos Produtos	44
5.6 Planejamento da Produção e Regularidade de Oferta	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
7 REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado da vivência com a Comunidade Negra de Camará, através do projeto “Cultivando Autonomia: uma proposta de transição agroecológica na comunidade Negra de Camará, município de Remígio-PB”, que oportunizou conhecer melhor a realidade da referida comunidade dentre os vários aspectos relacionados com seu modo de vida, bem como, a forma de organização da comunidade, planejamento da produção, o meio ambiente, a religião, as fontes de renda e participação em políticas públicas, destacando-se, principalmente, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PAA se constitui num programa do governo federal em parceria com as prefeituras municipais cujo objetivo principal é a aquisição e distribuição de alimentos, de forma a assegurar o acesso às pessoas que se encontra em situação de insegurança alimentar ou nutricional, ao mesmo tempo em que desenvolve ações que estimulam e procuram fortalecer a agricultura familiar (MDS, 2010).

A experiência e o contato com a comunidade estimularam a busca por entender a forma de vida dos agricultores, de aguçaram o interesse por estudos que possibilitassem uma melhor interpretação e compreensão da execução do PAA na comunidade.

Desse modo, o trabalho centrou-se em algumas questões, pelas quais se buscou compreender a lógica pela qual os agricultores familiares se reconhecem no processo de comercialização junto ao programa. Que perspectivas se abriram a partir da operacionalização do PAA em suas localidades? Houve mudanças nas unidades produtivas? Este programa trouxe novas expectativas para o desenvolvimento da atividade agrícola na comunidade? Estas são questões que nos parecem essenciais à compreensão do real impacto causado por este instrumento de intervenção estatal, que consideramos representativo de uma política pública.

A comunidade Negra de Camará, município de Remígio-PB, é formada por 18 famílias de população remanescente de quilombolas que atualmente, tem buscado o reconhecimento da posse das terras junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária da Paraíba (INCRA/PB). Como tantas outras comunidades rurais existentes na Paraíba ainda necessitam de acompanhamento e incentivo para crescer e se desenvolver. Esta se localiza na microrregião do brejo paraibano e se destaca pelo cultivo de citrus.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

- Analisar o programa de aquisição de alimentos (PAA) na Comunidade Negra de Camará, localizada no município de Remígio/PB.

2.2 Objetivos Específicos:

- Analisar a percepção do programa pelos agricultores;
- Verificar a influência do PAA na organização e no planejamento da produção dos agricultores;
- Identificar as principais dificuldades encontradas pelos agricultores para cumprimento das exigências do PAA;
- Analisar o funcionamento e a gestão do programa na comunidade, além de identificar os benefícios trazidos pelo PAA à comunidade;

2.3 Hipóteses

O PAA contribui positivamente para o aumento da produção de alimentos, gerando trabalho e renda, além de melhorar a qualidade e a regularidade da oferta de alimentos.

O programa serve de subsídio para a diversificação da produção influenciando no resgate e preservação dos costumes, dos hábitos e da cultura local enriquecendo a alimentação servida nas escolas, creches, instituições de caridade e demais destinatárias dos alimentos adquiridos pelo governo federal.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Agricultura Familiar

No Brasil, a agricultura familiar caracteriza-se pelo controle da família sobre os meios de produção e ao mesmo tempo é a responsável pela efetivação do trabalho, geralmente em pequenas áreas de terras. (LIMA e FIQUEIREDO, 2006).

A Lei nº 11326 de julho de 2006, que estabelece diretriz, para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) define o agricultor familiar de uma forma mais ampla:

[...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos requisitos de não deter, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (LEI 11.326/06).

Para efeito de políticas públicas a agricultura familiar, segundo Wanderley (1996), é entendida por representar uma diversidade de elementos que a caracterizam. É compreendida como aquela que ao mesmo tempo é proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento.

Em se tratando da agricultura familiar, particularmente da organização do trabalho nas unidades de produção, a divisão do trabalho pode ser analisada a partir do planejamento e da execução do conjunto de tarefas que necessitam ser coordenadas ao longo dos ciclos agrícolas (OLIVEIRA, 2007). A organização agrícola familiar contribui para a diversificação do uso do espaço rural e possibilita práticas de exploração agrícolas que preservem o meio ambiente.

Dos 5.175.489 estabelecimentos agrícolas do país, 84,4% são familiares, ocupam 24,3% da área total, representam 74,4% das pessoas ocupadas e é responsável por 38% do Valor Bruto da Produção. A Região Nordeste contém metade do total dos estabelecimentos familiares (2.187.295) e 35,3% da área total deles. Nesta região os estabelecimentos familiares representaram 89% do total dos estabelecimentos e ocupa apenas 37% da área total (IBGE, 2009).

A agricultura familiar vem ganhando lugar de destaque na economia brasileira, principalmente, por sua característica de integrar a produção e o consumo, pois são vários os produtos que passam a fazer parte da mesa do brasileiro provenientes da agricultura familiar. Ela é responsável hoje, por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e responde por mais de 74% do pessoal ocupado no campo e por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (BRASIL, 2011).

A agricultura familiar contribui para a produção uma parcela significativa dos alimentos consumidos, tais como 86,7% da mandioca; 70,0% do feijão; 59,04% dos suínos; 58,16% do leite; 45,94% do milho; 38,31% do café; 33,97% do arroz; 30,30% dos bovinos, 21,23% do trigo e 15,73%, 50,01% de aves e ovos são produzidos pela agricultura familiar (IBGE, 2006).

Esta forma de agricultura gera mais de 80% da ocupação no setor rural e responde no Brasil por sete de cada 10 empregos no campo e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético (CONAB, 2011). Assim, em consonância com os dados apresentados percebe-se que a agricultura familiar ocupa lugar de destaque na economia brasileira.

3.2 Inserção da Agricultura Familiar nos Mercados Institucionais

As ações governamentais como o PRONAF e o PAA procuram fortalecer a agricultura familiar através de medidas de inserção dos produtores no mercado, com o intuito de aumentar a oferta de alimentos, promover a geração de postos de trabalho e reduzir o fluxo migratório do campo para as cidades. (SOUZA; LASCHEFSKI)

Nesse sentido, os mercados institucionais passaram a constituir uma nova alternativa para os agricultores familiares acessarem os mercados de alimentos que para Maciel (2008) é entendido por envolver as três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) em todas as suas operações de compra de alimentos, sejam elas de caráter contínuo e esporádico.

De acordo com Silva; Silva (2011) esse mercado apresenta diversas oportunidades para os empreendimentos da agricultura familiar e economia solidária, dentre elas: o fortalecimento de seus processos sociais organizativos; a possibilidade de comercialização para os produtos agroecológicos; e a possibilidade de diversificação produtiva para atendimento a uma nova demanda que se apresenta.

3.3 Programa de Aquisição de Alimentos

O PAA é um instrumento de política pública instituído em 2003 pelo art. 19 da Lei nº10.696, e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, 2008, é uma das ações do Programa Fome Zero (PFZ) cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (MATTEI, 2006).

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2011) o objetivo imediato do PAA é a aquisição dos produtos oriundos da agricultura familiar, na hora oportuna, por preço compensador, trazendo segurança e incentivo para o pequeno agricultor, que passa a planejar suas atividades pela perspectiva de um horizonte maior de previsibilidade. Para Vieira e Viana (2007), há ainda outros objetivos como a distribuição de renda, assegurar a circulação do dinheiro na economia local, a exploração mais racional do espaço rural, o incentivo à agrobiodiversidade e a preservação da cultura alimentar regional.

O PAA, juntamente com outros programas, caracteriza a decisão de governo quanto à estruturação de ações no âmbito da política agrária e da segurança alimentar, no contexto definido pelo PFZ (DELGADO et al., 2006).

Podem comercializar alimentos para o PAA agricultores familiares, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados, por meio de suas associações ou cooperativas e grupo de interesses informais com no mínimo 5 produtores rurais, porém para terem o acesso segundo Turpin (2008), o produtor rural deve apresentar a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF ou a Declaração de Aptidão ao PAA, que podem ser obtidas em sindicatos de trabalhadores rurais ou órgãos de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural local; e para os acampados da reforma agrária o PAA criou a possibilidade através da Declaração de Aptidão de Acampado – DAPA

Os participantes do programa devem estar organizados em cooperativas, associações ou grupos de interesse informais, como consumidores, podem participar instituições governamentais e não governamentais que atendam populações em situação de insegurança alimentar e nutricional (BALSADI, 2004).

Com a adoção dessa medida, o Governo Federal pretende estimular a organização coletiva dos produtores rurais, estando em consonância com a concepção das políticas públicas mais recentes (BALSADI, 2004).

Segundo Vieira (2008), o PAA instaurou, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar. A operacionalização do PAA é simples, pois a compra é feita diretamente e sem licitação, por preço compensador, respeitando as peculiaridades e hábitos alimentares regionais e a situação do mercado local (CONAB, 2011).

Desta maneira, os preços não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados locais e/ou regionais, os mesmos são determinados pelos gestores do programa no âmbito regional.

No que se relaciona aos recursos para a execução do programa, estes são provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Recentemente, foi autorizada a utilização dos recursos repassados pelo *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação* (FNDE) para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, sendo dispensada licitação, utilizando as regras do PAA (VIEIRA, 2008).

A liberação dos recursos é condicionada à entrega dos alimentos no local, ao preço e na data combinada, conforme constante no projeto (contrato).

A implantação do programa é responsabilidade do grupo gestor, que é composto por representantes do MDS que coordena o Grupo Gestor, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), MDA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Fazenda (MF). São atribuições do grupo gestor a fixação dos preços praticados na compra dos produtos, sendo para isso consideradas as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar, a fixação dos limites, a definição das regiões prioritárias para implementação do programa, assim como as condições de doação ou da venda dos produtos e toda a regulamentação do programa (DELGADO *et.al.*, 2005).

Os gestores executores do Programa são os Estados, os Municípios e a CONAB. Os gestores locais são as organizações compostas por agricultores familiares (cooperativas, associações, sindicatos dos trabalhadores rurais, etc) e entidades da rede socioassistencial (BRASIL/MDS, 2010).

O PAA pode ser executado em diferentes modalidades. Cada modalidade possui um limite de valor a ser pago por agricultor, por ano civil (BRASIL, 2009).

No Quadro 1 estão contidos as quatro modalidades do programa de aquisição de alimentos e suas ementas

Quadro 1. Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

SIGLA	MODALIDADE	EMENTA
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB com recursos do MDS e MDA. Valor comercializado por agricultor/ano R\$8.000,00.
CDAF	Compra para Doação Simultânea	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Esta modalidade também é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais ou, por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), operacionalizada pela Conab com recursos do MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 4.500,00.
CPR Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB com recursos do MDA e MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. É operada pelos Estados da região Nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS (85%) e dos próprios Estados. Valor comercializado por agricultor/semestre R\$ 4.000,00.

	Aquisição de Alimentos para atendimento da merenda escolar	Esta modalidade foi aprovada pela lei 11.947 de 16/06/09. Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas das escolas para atendimento da alimentação escolar.
--	--	--

Fonte: Portal MDS e Conab¹

Os recursos para os agricultores por modalidade foram reajustados por ocasião do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 através do Decreto nº 6.959 de setembro de 2009. Até então os valores eram de R\$ 3.500,00 anuais para todas as modalidades, exceto Incentivo à Produção e Consumo do Leite (IPCL), cujo este valor era semestral. Outra alteração importante neste Plano Safra concerne ao fato de que as modalidades tornaram-se cumulativas: o agricultor que acessar a modalidade “Formação de Estoques pela Agricultura Familiar” com liquidação financeira pode acessar outra modalidade cujo pagamento é em produto, podendo comercializar até R\$ 16 mil por ano (anteriormente, o limite máximo situava-se em R\$ 3,5 mil/ano ou semestre no caso do IPCL) (BRASIL, 2009).

O programa assegura que os produtos ecológicos sejam adquiridos com um acréscimo de até 30% sobre os preços de referência (SCHIMITT; GUIMARÃES, 2008). O PAA vem contribuindo para a organização e planejamento da oferta no segmento produtivo que alcança, uma vez que a compra que obriga o vendedor a cumprir as regras de classificação, acondicionamento e de higiene sanitária, inerentes à comercialização de alimentos (DELGADO et al., 2005).

O programa leva ainda ao aumento, diversificação e melhoria da qualidade da produção para o autoconsumo, fatores que extrapolam para o comércio. Outros estudos podem comprovar que o PAA tem facilitado o acesso a alimentos diversificados, enriquecendo a alimentação nas instituições beneficiadas, como as escolas, creches, albergues, entre outras (DELGADO et al., 2005).

3.4 Estratégias de Comercialização dos Agricultores Familiares para os Mercados Institucionais

As possibilidades de inserção dos produtos da agricultura familiar nos diversos tipos de mercados vêm crescendo em menor ou maior grau e vão além da simples inclusão da

¹ Para maiores informações acessar: <http://www.conab.gov.br> ou <http://www.mds.gov.br> nos respectivos endereços relacionados ao PAA

agricultura familiar no mercado. Sendo assim, os agricultores têm desenvolvido diversas estratégias para comercializar seus produtos. Dentre elas podemos citar a produção de alimentos orgânicos e artesanais, a fim de atender a novos mercados mais exigentes em termos de qualidade e respeito ao meio ambiente (LOURENZANI et al., 2004).

Os alimentos orgânicos promovem a autosustentação da propriedade agrícola, a maximização dos benefícios sociais para o agricultor, a diminuição de insumos químicos advindos das multinacionais, o respeito à integridade cultural dos agricultores e a preservação da saúde ambiental e humana, a oferta de produtos saudáveis e diversificados com elevado valor nutricional isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor, do agricultor e do meio ambiente. Devido à produção de alimentos orgânicos terem todas essas responsabilidades cidadãs, o custo de produção será um pouco maior, elevando assim o preço dos produtos nos diversos mercados.

A diversificação da produção representa uma estratégia que pode ser utilizada pelos agricultores com o objetivo de enfrentar as adversidades da produção e do mercado, mediante o uso de recursos próprios, utilizados para a produção de outros produtos agropecuários (terra, máquinas, equipamentos, galpões, açudes, mão de obra, tecnologias de produção, entre outros). Podendo resultar na redução dos custos de produção à medida que aumenta a diversificação da produção (WAQUIL et. al., 2010).

Além das mudanças na forma de produzir alimentos, os agricultores familiares também podem recorrer às associações e cooperativas de organização. Possibilitando aos agricultores, que se encontram ainda desorganizados empresarialmente, facilitar a integração com o mercado consumidor, tendo em vista, uma maior agregação e valor aos seus produtos, (SEPULCRI; TRENTON, 2010).

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 Área de estudo

O trabalho foi realizado na comunidade Negra de Camará do município de Remígio-PB, situado na microrregião do Curimataú Ocidental. O município possui uma área territorial de 177.998km², densidade demográfica de 98.77hab/km² e sua sede fica a aproximadamente 132km da capital paraibana João Pessoa. No que se refere à população, este último censo apresentou um número de 17.581 habitantes na cidade (IBGE, 2010).

Apresenta clima do tipo As', que significa quente e úmido, com variação de temperatura e umidade relativa do ar entre 24,5°C e 25 °C e uma altitude de 470 m acima do nível do mar. (RODRIGUES et.al, 2009).

O suporte econômico de Remígio é a lavoura em que são destacadas as produções de cana de açúcar, mandioca, feijão, milho, algodão, banana, laranja, entre outros. A atividade pecuária é caracterizada pela produção de médio porte, com o rebanho bovino tendo maior destaque participando efetivamente da receita do produtor com a comercialização de carne e de leite e seus derivados. (DUARTE, 2009)

Paraíba (INCRA/PB). Como tantas outras comunidades rurais existentes na Paraíba esta necessita de acompanhamento e incentivo para crescer e se desenvolver.

A formação histórica desta comunidade é aparentemente “desconhecida” pelos moradores atuais, uma vez que esta foi uma das questões que foi negligenciada pelos entrevistados. Uma possível justificativa para este fato é que com o decorrer das gerações os moradores acabaram não priorizando as histórias memorialísticas acerca da origem de Camará. Entretanto, ao conversamos com o Sr. Euclides, um dos moradores mais antigos da comunidade, relatou-nos:

“que a origem do nome de Camará surgiu por causa de uma madeira conhecida como Camará que existia na região em grande quantidade utilizada para fazer gaiola de passarinho”².

Na figura abaixo podemos visualizar esta planta.



Figura 2. Planta Camará da Comunidade Negra de Camará, município de Remígio – PB.
Fonte: SILVA, C.R.P.

Registros como datas, primeiras famílias residentes, ano de fundação, entre outros fatos passaram “despercebidos” pelos atuais moradores da comunidade, e não conseguimos coletar estes dados por meio de nossos entrevistados.

De acordo com os relatos dos moradores, no que se refere à associação, esta pertencia, num primeiro momento, a de Caiana, localizada próxima ao Sítio Camará. Com o passar do tempo alguns sócios se sentiram insatisfeitos pela forma de gestão que estava sendo implementada, como ficou constatado ao conversamos com o presidente da atual associação de Camará, nos relatou “que a associação de Caiana era uma tremenda bagunça e uma total

² Entrevista concedida a autora por Euclides J. da Costa no dia 19/12/12

desorganização, e que as pessoas não tinham compromisso com o PAA, isso fez com o que eu e algumas pessoas se juntassem pra formar uma associação”.

A Associação da Comunidade Negra do Camará – ACONCA, localizada no Sítio Camará, município de Remígio/PB, foi fundada Em 2008 com a finalidade de organizar os agricultores familiares, facilitar os trabalhos realizados na comunidade e na aquisição de empréstimos, resgatar a cultura local, fortalecer o processo de produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar, permitir melhor acesso às informações e às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Atualmente as políticas públicas em que os agricultores participam são, o PAA e o PNAE. O PAA foi implantado na comunidade no ano de 2009, com a participação de 8 agricultores, em 2010 com 13, 2011 com 15 agricultores, e permanecendo a mesma quantidade em 2012. Os órgãos envolvidos no programa são a ARRIBAÇA, Organização não governamental com e a prefeitura Municipal de Remígio – PB que disponibiliza o transporte, caso a comunidade necessite.

A ARRIBAÇA é a Instituição proponente e responsável pela coordenação direta do programa cabendo-a o papel de reunir os agricultores fornecedores, formular e apresentar o projeto, articular com as associações que representam os agricultores familiares do município e com o conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável avaliar de forma participativa a execução do programa no município e prestar contas à CONAB (CAVALCANTI e RAMOS, 2011).

Por meio da modalidade Compra para Doação Simultânea (CDAF), a ARRIBAÇA adquire produtos da agricultura familiar para abastecer os locais públicos de alimentação e nutrição, e, também as ações de acesso à alimentação empreendida por entidades da rede socioassistencial local.

Uma das estratégias utilizadas pelos moradores da Comunidade para a entrega dos produtos ao PAA é a subdivisão dos participantes em dois grupos que de acordo com conversas informais, “essa divisão é feita de acordo com o número de pessoas que participam do PAA. Como somos 15 pessoas, fica um grupo com 8 pessoas e o outro grupo com 7 pessoas, assim os grupos ficam responsáveis de fazer a sua entrega dos produtos na data certa, que é quinzenalmente”.

Os produtos são entregues na sede da associação por cada agricultor. Em seguida são realizadas, a pesagem e a qualidade visual. Ou seja, pela aparência, é analisado se o

produto está ou não adequado ao consumo. As avaliações são realizadas pelos próprios agricultores.

O pagamento dos agricultores é realizado quando os alimentos chegam ao seu destino e tem seus pesos conferidos. O responsável pela associação é quem recebe o recurso e repassa para os demais agricultores.

Cada participante do PAA possui a responsabilidade de contribuir com associação por meio do valor estipulado na modalidade que participam. Nesse sentido, contribuem com 2% para a associação que destina ao fundo de reserva e 3% para as despesas geradas pelo programa, neste estão inclusas as viagens realizadas, a gratificação do responsável pela elaboração da nota fiscal, balanças, xérox, entre outros. Vale salientar que o valor atual do projeto é de R\$ 4.500/ano.

Quanto ao transporte para distribuição dos produtos nas entidades beneficiadas pertencentes ao município de Remígio-PB, os agricultores fazem parceria com a prefeitura para adquiri-lo e quando os produtos são direcionados ao Serviço Social do Comércio (SESC) em Campina Grande/PB, geralmente é utilizado o transporte desta instituição SESC. No entanto, quando ocorre a ausência do veículo que transporta a mercadoria, os agricultores ficam responsáveis pela distribuição dos produtos pagando o frete.

4.3 Procedimentos de Amostragem

A pesquisa foi realizada no mês de dezembro de 2012, com a aplicação de questionários semiestruturados e registro fotográfico com 12 famílias que participam do PAA na modalidade Compra para Doação Simultânea (CDAF).

Para a consecução dos objetivos deste trabalho, foi utilizada como metodologia a pesquisa descritiva que, segundo Vergara (2003) expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, esclarecendo correlações entre variáveis e definição de sua natureza, não possui compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Uma das ferramentas utilizadas para avaliar o PAA na comunidade em questão foi à entrevista (em apêndice), com questões referentes ao funcionamento do PAA, bem como o número de beneficiados, a composição da renda, as dificuldades e as vantagens que encontraram e que ainda convivem, os cumprimentos dos contratos e os produtos que poderiam ser comercializados, sua qualidade, bem como o planejamento da produção.

As entrevistas foram realizadas nas residências de cada família e conduzidas de forma que os entrevistados pudessem se expressar livremente.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Composição da Renda Familiar

Em relação à composição familiar, verifica-se uma média de 4 pessoas por família variando entre 2 e 8 pessoas, incluindo-se o entrevistado. Deste modo, percebe-se que a quantidade de pessoas que existe atualmente nas residências diminuiu consideravelmente, fato este, que pode ser justificado, à medida que boa parte dos filhos passaram a trilhar outros caminhos, tais como: morar em outros locais a procura de trabalho, passaram a constituir suas famílias ao se casarem, entre outros.

Observa-se entre os entrevistados uma média de 2 pessoas que contribuem para renda familiar, visto que, esta é realizada pelos responsáveis familiar (esposo e esposa). Todavia, os filhos contribuem indiretamente, pois ajudam aos pais nas atividades agrícolas necessárias ao sustendo familiar.

No gráfico 1 estão apresentados os resultados referentes às fontes de renda das famílias entrevistadas. Verifica-se que, todos os entrevistados obtém parte da renda por meio da comercialização dos seus produtos em feiras livres. Além da comercialização na feira, 58% afirmam que também praticam a comercialização via atravessadores.

Vale Salientar que há uma participação significativa das ações governamentais na renda familiar, uma vez que 33% dos entrevistados são beneficiários do PNAE, Aposentadoria e Bolsa Família.

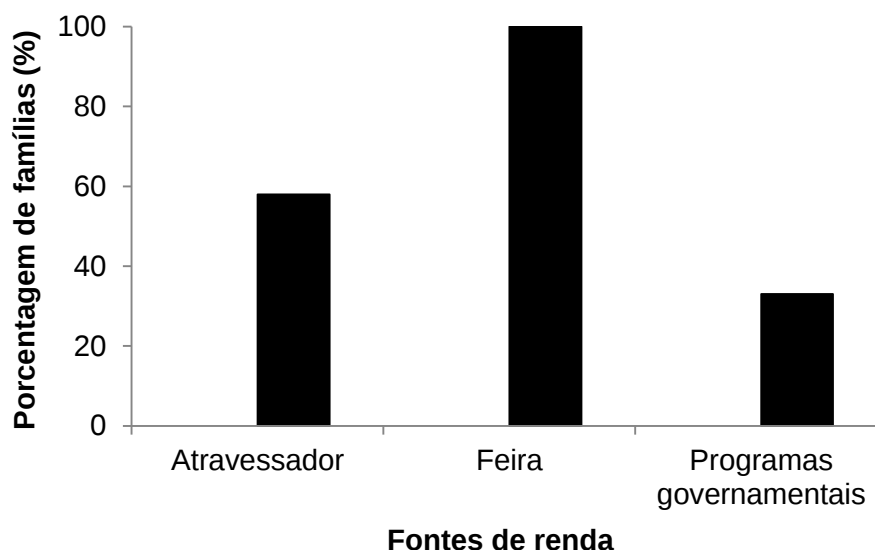


Gráfico 1. Fonte de renda das famílias participantes do PAA

Fonte: Arquivo pessoal

Com a participação dos entrevistados no PAA, observa-se que houve significativo impacto do programa na renda dos agricultores. Quando se compara a renda dos agricultores antes e após a participação dos entrevistados no PAA verifica-se que houve um aumento médio de 83% na renda dos agricultores quando estes passaram a comercializar seus produtos junto ao PAA. Antes de participarem do programa a renda daquelas famílias que não possuem nenhuma assistência governamental (bolsa família e aposentadoria) variava entre R\$ 200,00 a R\$ 622,00 e após o PAA houve aumento, passando para valores entre R\$ 500,00 a R\$ 800,00.

Em uma avaliação do programa realizado em Campina do Monte Alegre por Agapto et.al, constatou-se que a renda proveniente do PAA exerce função prioritária para o sustento da maioria das famílias participantes do programa, mesmo entre as pessoas que disseram receberem algum outro tipo de benefício governamental ou salário realizado fora da unidade de exploração agrícola.

Os agricultores entrevistados possuem uma média de três hectares de área onde em média dois destes são utilizados para o plantio. Portanto, esta área é relativamente pequena, e segundo relato dos entrevistados, não possui água suficiente e nem terras adequadas para a prática da irrigação. Diante de todos esses fatores, os agricultores adotam a produção diversificada como estratégia para se inserir no processo de comercialização visando a sua sobrevivência, que segundo Vieira (2008) a diversificação dos produtos contribui para a diminuição dos riscos econômicos e oferece mais segurança contra intempéries e desigualdades nas colheitas.

Por ser diversificada, a agricultura familiar traz benefícios socioeconômicos e ambientais. Além disso, atividades agrícolas nos estabelecimentos rurais são realizadas pelos próprios agricultores que rotineiramente fazem os serviços de limpar os roçados, cuidar das lavouras, plantio, colheita, entre outros.

5.2 Caracterização da Terra e Produção

No gráfico 2 estão apresentados os resultados referentes às condições de exploração do imóvel rural praticada pelas famílias. Verifica-se que 75% dos agricultores entrevistados são proprietários de seus estabelecimentos e 25% trabalham como posseiros. Segundo o MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário, posseiro é a pessoa que exerce o direito de posse, porém cujo título não foi ainda levado a registro imobiliário, assim o agricultor entrevistado explora a terra mediante acordo verbal. Não possuindo nenhum arrendatário do imóvel rural. Alguns agricultores afirmaram possuir o título de suas terras ou a trabalharem em terras de familiares, sendo uma espécie de “empréstimo” pelo uso da terra.

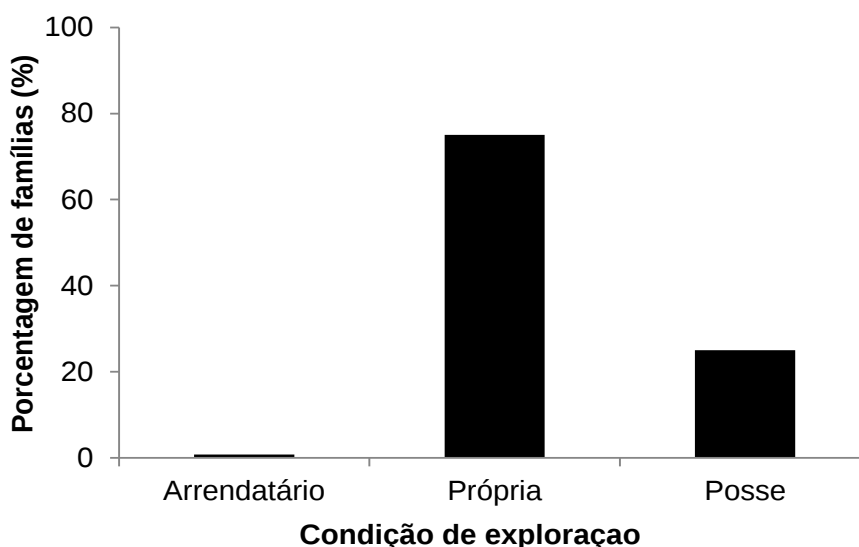


Gráfico 2. Condição de exploração do imóvel rural praticada pelas famílias na Comunidade Negra de Camará, município de Remígio – PB.

Fonte: Arquivo pessoal

No gráfico 3 estão apresentados os dados relativos à produção animal. Observa-se que entre os agricultores a pecuária não é tão expressiva, verificando-se apenas que 33% dos entrevistados possuem criações de galinha caipira, bovinos e asininos e que 67% não possuem nenhum tipo de animais. O pequeno índice demonstrado no gráfico 3, possivelmente decorre da violência que o homem do campo tem sofrido, por exemplo, o roubo de animais.

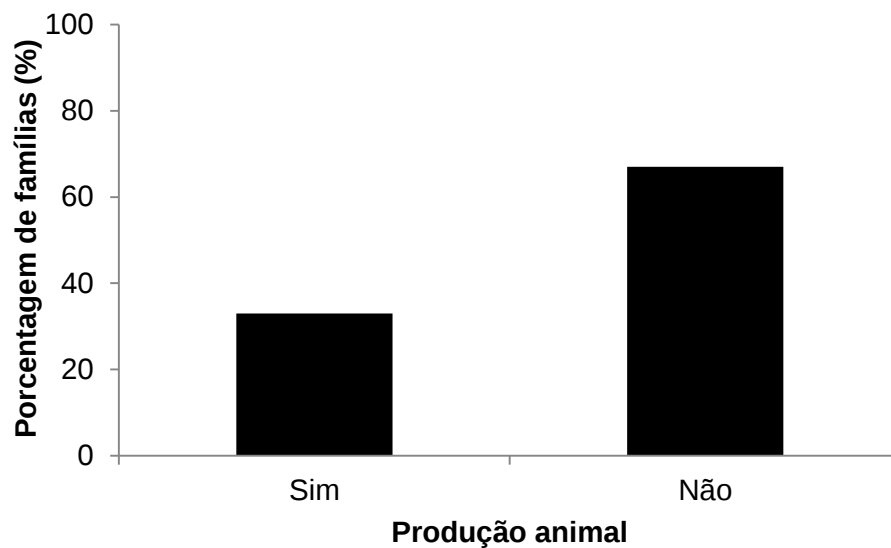


Gráfico 3. Distribuição das famílias, quanto à presença de criações animais.

Fonte: Arquivo pessoal

5.3 Divulgação e Percepção do PAA

Quando os entrevistados foram questionados acerca do funcionamento do PAA, 58% afirmaram que seria necessário participar de uma associação, 50% responderam que os alimentos são destinados para pessoas carentes, 17% responderam que seria necessário possuir a DAP. Além disso, 33% afirmaram que não entendem o modo de funcionamento deste programa.

Quanto à participação em associações os agricultores reconhecem a necessidade de estarem organizados em associações, pois facilita a comercialização dos seus produtos e obtém parcerias, visto que, as associações conduzem à ideia de que os agricultores juntos podem encontrar soluções melhores para os conflitos que a vida em sociedade lhes apresenta.

De acordo com Becker (2010) a participação em associações ou cooperativas é uma exigência imposta pelo PAA, visto que, estas representam uma seleção que determina o ingresso no programa de agricultores com um determinado perfil.

A entrega dos alimentos para “pessoas carentes” foi outra afirmação destacada pelos entrevistados no que tange o funcionamento do programa. Esta afirmação representa um dos objetivos propostos pelo PAA, que segundo o MDA (2009) constitui-se na aquisição de produtos agropecuários e sua distribuição a grupos de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional contribuindo também para a formação de estoques estratégicos de alimentos no país. Entretanto, se faz necessário mencionar que os entrevistados possivelmente não possuem clareza quanto a este objetivo.

Deste modo, percebe-se que o programa tem uma relevância social importante, uma vez que, além de estimular o fornecimento de alimentos aos consumidores, cria-se a possibilidade de estabelecer laços de solidariedade entre pessoas e entidades sociais enaltecendo o papel destas na sociedade local. A necessidade de possuir a DAP também foi lembrada pelos entrevistados à medida que é uma exigência do PAA como ficou explícito em seus depoimentos.

A DAP consiste na comprovação do agricultor como pequeno produtor, sendo indispensável para acesso às políticas públicas como: o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos, Merenda Escolar e Habitação Rural. Para obtê-la o agricultor deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciada pelo MDA (Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou Casa da Agricultura), munidos de CPF e dados acerca de seu estabelecimento de produção (área, número de pessoas residentes, composição de forma de trabalho e da renda, endereço completo) (FETAESP, 2012).

Além disso, há na comunidade pessoas que infelizmente desconhecem o funcionamento do PAA. Uma possível explicação para este fato é a falta de acompanhamento, avaliação e incentivo por parte dos gestores, ou ainda, estes trabalhadores rurais não tenham o interesse por conhecer efetivamente o programa estando apenas a observar os benefícios financeiros que este pode acarretar as suas vidas.

No gráfico 4 estão apresentados os resultados referentes aos motivos dos agricultores em participar do PAA. Verifica-se que todos os entrevistados afirmaram que a facilidade da venda foi o principal motivo. Além disso, 92 % deles responderam que era a garantia da venda de seus produtos e 75% afirmaram que foi o melhor preço dos produtos.

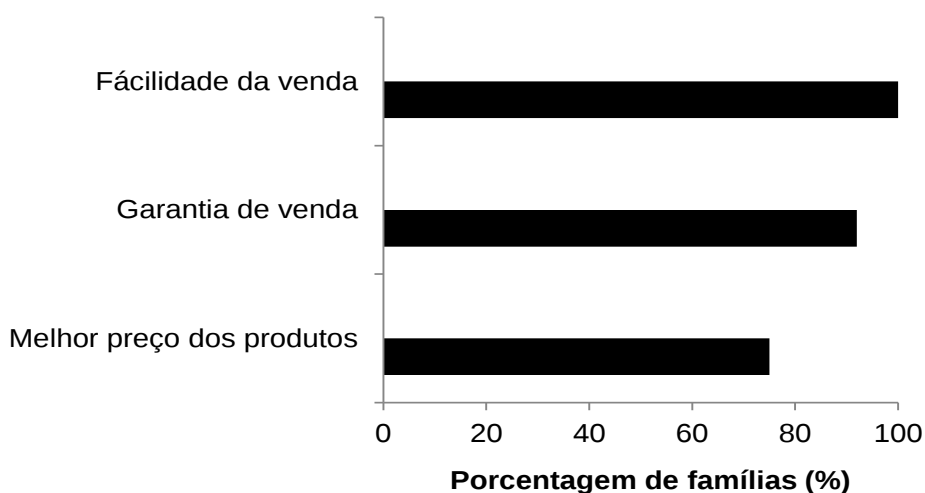


Gráfico 4. Motivos dos agricultores em participar do PAA.

Fonte: Arquivo pessoal

Esses dois últimos fatores são satisfatórios, pois estimulam os agricultores a participarem do programa, visto que, produz em condições com baixo nível tecnológico e sem a devida organização para a comercialização, tal garantia é de suma importância para a continuidade das unidades familiares.

Diante dos motivos apresentados, percebemos que os entrevistados tem certa segurança de que o programa pode trazer benefícios quanto à comercialização, pois em relato os agricultores citam o caso da comercialização na feira, pois esta demanda custos de frete, taxas para utilizar a barraca na feira e para montagem e desmontagem da mesma, sendo realizada por terceiros.

Entretanto com a comercialização dos produtos para o PAA, os agricultores estão isentos deste tipo de custo, estes também contariam com a comodidade de vender a sua produção na porta de casa e possuindo a garantia dos preços.

No gráfico 5 são evidenciadas as principais dificuldades para a comercialização no PAA. Verifica-se que, 42% apontam o pagamento do transporte como o maior problema, enquanto que 33% afirmaram o recurso demorado e o preço barato de alguns produtos, ambos relato por um dos moradores: “Às vezes não compensa vender para o PAA, pois o preço na feira está mais em conta, acho que isso ocorre, devido eles colocarem no projeto os preço do ano anterior, mas é como um contrato e não podemos deixar de cumprir, mesmo assim coloco para o programa. Em relação ao recurso acho demorado, pois quando entregamos os produtos só vamos receber o dinheiro com 15 dias depois, mas pelo menos temos a garantia de que vamos receber”.

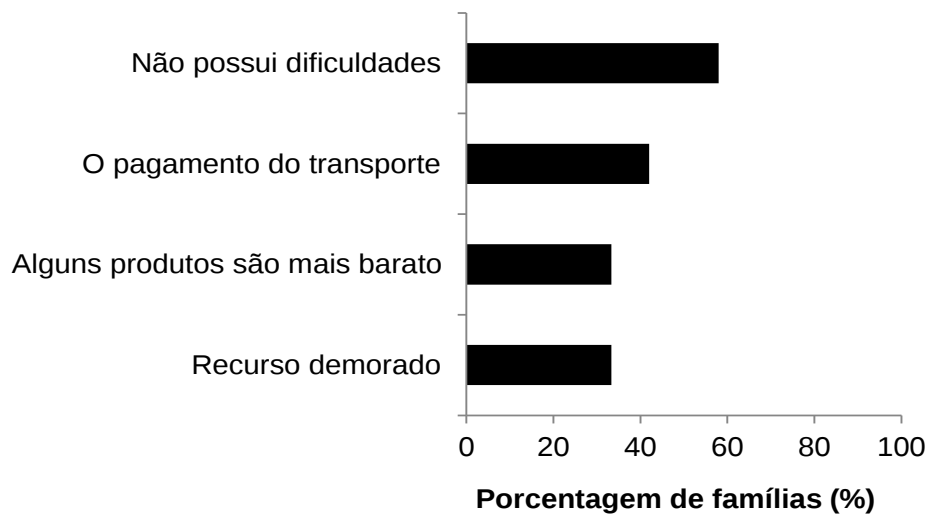


Gráfico 5. Principais dificuldades para a comercialização no PAA

Fonte: Arquivo pessoal.

Partindo desse pressuposto, constatou-se que o preço dos produtos do programa poderia ser estipulado de acordo com o ano de vigência do projeto, sendo assim, não existiria tanta oscilação de preços, entre o programa e os mercados comerciais atuais.

Nesse sentido, de acordo com a afirmação do Presidente da Associação, uma possível explicação, seria o atraso na entrega da prestação de contas para os gestores responsáveis, no caso, a CONAB. Além disso, 58% responderam que não possui dificuldades, fato este, que pode está relacionado com os agricultores que não entendem o modo de funcionamento do programa.

No gráfico 6 mostra os tipos de melhoria para o PAA almejados pelos participantes. Conta-se que, 75% desejam que o valor do contrato seja aumentado, 33% sugeriram a utilização de uma conta bancária, enquanto que, 25% não necessitam de melhoramentos.

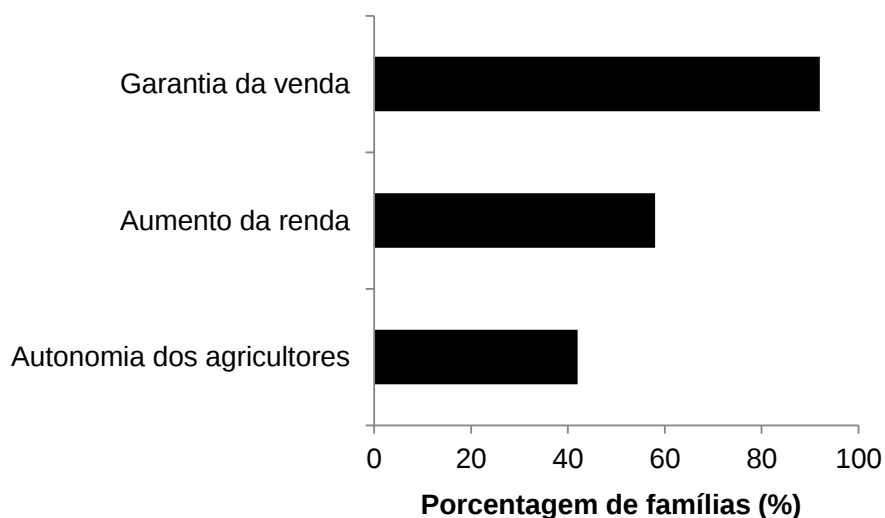


Gráfico 6. Tipos de melhoria para execução do PAA.

Fonte: Arquivo pessoal

Conforme os resultados, percebemos que o PAA ainda necessita de melhoria, pois a primeira se refere ao valor fixo anual pago pelo programa aos produtores cadastrados, pois boa parte alegou que se houvesse aumento do valor no contrato, eles teriam produtos suficientes para escoar sua produção, com valor praticado atualmente R\$ 4.500 (quatro mil e quinhentos), ocorre, na maioria das vezes, sobra de produtos.

Ainda tomando por parâmetro as entrevistas, houve a necessidade de uma conta bancária individualmente, pois como o pagamento é realizado pelo presidente da associação, este, corre risco de morte à medida que o recurso de todos os participantes está sobre sua responsabilidade. Além disso, alguns participantes responderam que o PAA não necessita de melhoria, pois o modo como está sendo executado as pessoas se encontram satisfeitas.

Na figura 7 mostra os aspectos positivos do PAA. Dentre os entrevistados 92% responderam que foi a garantia da venda, 58% afirmaram que foi o aumento da renda, enquanto que 42% alegam a autonomia dos agricultores, de acordo com essas proporções afirma a Sra. Maricélia: com o programa a gente tem mais liberdade de comprar o que quiser, pois sabemos que iremos receber o nosso dinheiro, podendo até mesmo colocar uma pessoa pra trabalhar com a gente e saber que iremos ter dinheiro na data certa pra pagar a pessoa que nos ajudou.

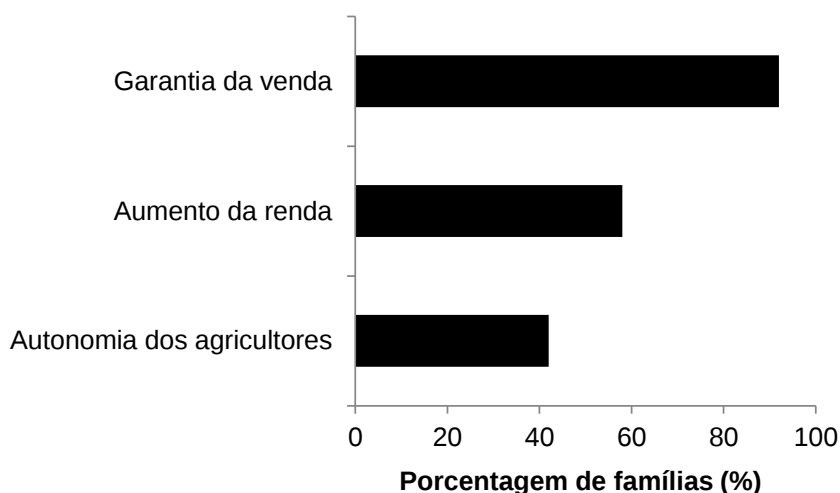


Gráfico 7. Aspectos positivos do PAA.

Fonte: Arquivo pessoal.

Com relação ao aumento da renda, esta pode ser explicada por meio da comercialização de alguns dos produtos contratados por um preço maior que o praticado no mercado local pelos intermediários que atuam na esfera local/regional. O preço pago pela CONAB na maioria das vezes acaba sendo mais vantajoso ao produtor justamente por não haver o intermediário no momento da comercialização. Isso porque, em virtude da pequena escala de produção, a comercialização sempre se constituiu para o produtor familiar num verdadeiro entrave.

5.4 Mudanças na produção e comercialização

Analisando a tabela abaixo, verifica-se que, 42% dos agricultores afirmaram que tiveram um aumento em sua produção a partir de novos produtos, enquanto que 58% responderam não se utilizar de novos produtos, pois em sua terra já havia certa diversidade de cultivos. Constata-se ainda que 92% dos entrevistados aumentaram seus produtos e apenas 8% permaneceu com a mesma quantidade, isto pode ser explicado pelo aumento da demanda exigida pelo PAA.

Do ponto de vista quantitativo a tabela acima demonstra que 75% dos participantes do programa por nós entrevistados alegaram que houve melhoria no que diz respeito à qualidade de seus produtos, e que somente 25% permaneceram sem melhorias, entretanto, estes evidenciaram que seus produtos já eram de boa qualidade, sendo que esta é verificada usualmente, utilizando-se como referências para a classificação a cor, o tamanho e a forma, em relatos disseram que separam os melhores produtos para a entrega ao PAA,

destinando o restante para o consumo doméstico. Sendo assim, o não uso de agrotóxicos contribuiu para esta melhoria. Todavia, 17% alegaram que já houve reclamação quanto a este aspecto.

Com relação aos preços dos produtos praticados no mercado comercial 58% alegaram que houve um aumento desses após a comercialização no PAA, enquanto que 42% disseram que o preço manteve-se. Mesmo assim nenhum dos agricultores deixou de consumir seus produtos para vender ao programa ou ao mercado comercial.

Um dado bastante interessante é perceptível na análise da tabela acima, 83% dos agricultores passaram a partir do programa a planejar a produção, enquanto que 17% não planejam. Contudo, todos os participantes do programa substituíram seus produtos.

Esta aparente contradição pode ser explicada, de acordo com relato dos entrevistados, devido ao período de entre safras, ou seja, na maioria das vezes, o período de maturação dos frutos não corresponde com a data de entrega ao programa, portanto existem causas de sazonalidade e alterações no clima. Entretanto, apesar dessa dependência, todos os participantes cumprem com cronograma de entrega descrito no projeto.

Tabela 1. Síntese relativa às mudanças ocorridas na produção e comercialização após a implantação do PAA

Mudanças na produção e comercialização após o PAA	Sim	Não
	%	
Aumento na renda	100	0
Necessidade de desmatamento	0	100
Aumento no preço dos produtos no mercado comercial	58	42
Melhoria na qualidade dos produtos	75	25
Deixou de consumir algum produto por causa do PAA	0	100
Necessidade do uso de agrotóxicos	0	100
Substituição de produtos	100	0
Reclamação da qualidade dos produtos	17	83
Planejamento da produção	83	17
Produção de novos produtos	42	58
Aumento na quantidade produzida	92	8
Cronograma de entrega	100	0

Quando questionados se o PAA acabasse, o que aconteceria com a produção, verifica-se, no gráfico 8, que 17% das pessoas entrevistadas responderam que a produção se

manteria a mesma, enquanto 83% acreditam que a produção diminuiria. Nenhum dos entrevistados teve a perspectiva de que aumentaria a produção.

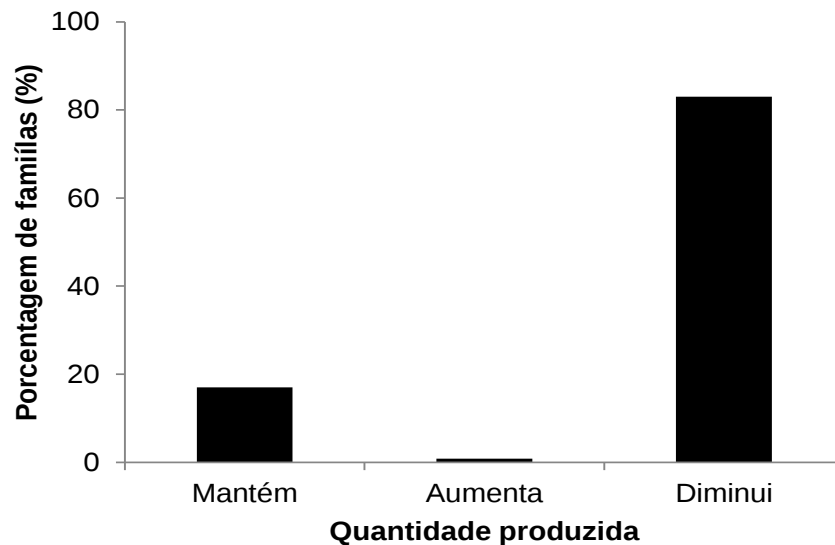


Gráfico 8. Interferência do PAA na quantidade produzida das famílias se o PAA acabasse.

Fonte: Arquivo pessoal

No gráfico 9 mostra o que aconteceria com a comercialização dos produtos dos agricultores familiares se o PAA acabasse. Verifica-se que 25 % falaram que a comercialização se manteria 75% acham que a comercialização diminuiria. Nenhum dos entrevistados mencionou que aumentaria a comercialização. Este elevado índice de opinião dos agricultores pode estar relacionado aos produtos que não são vendidos em outro mercado além do PAA.

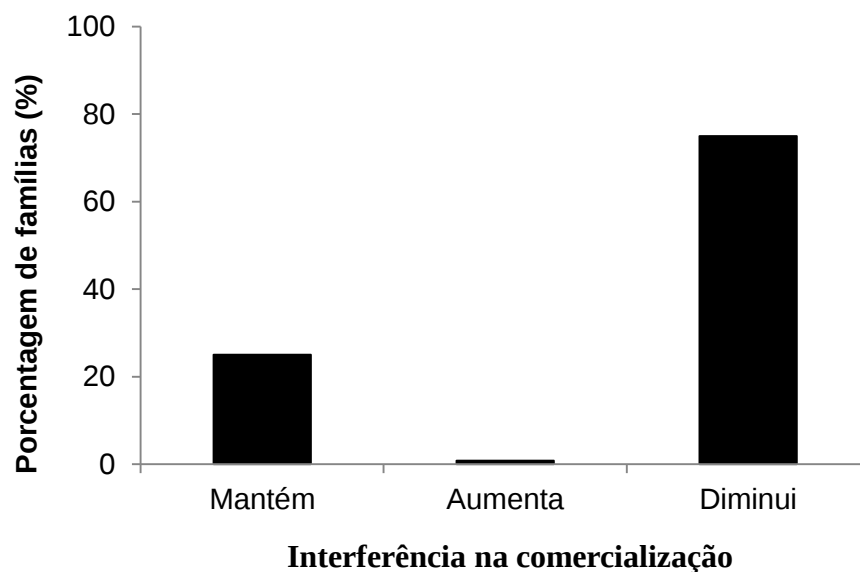


Gráfico 9. Interferência do PAA na comercialização se o PAA acabasse.

Fonte: Arquivo pessoal

No gráfico 10 demonstra a atuação dos entrevistados caso o PAA acabasse. Dentre os entrevistados verificamos que 83 % responderam que voltaria a vender para a feira, enquanto que, 67 % afirmaram que venderia para atravessadores e 8 % parariam de trabalhar.

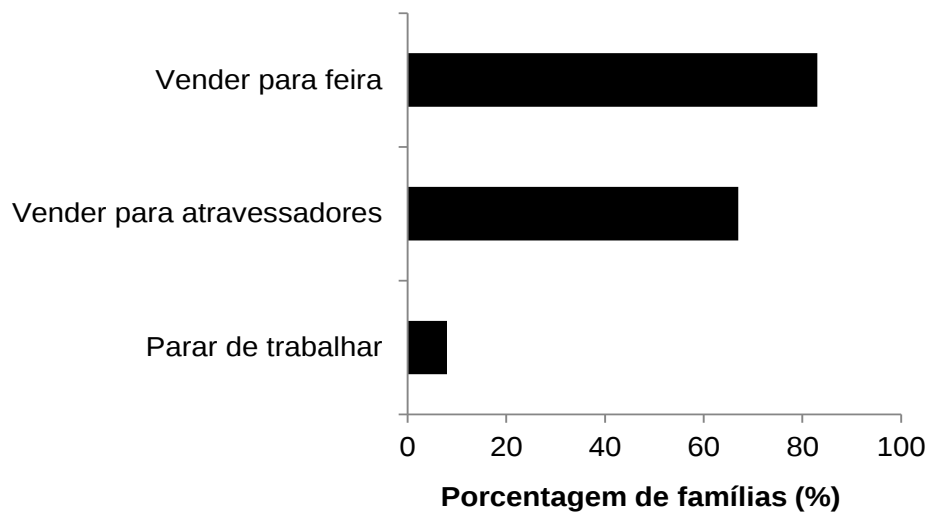


Gráfico 10. Alternativas de comercialização sem PAA.
Fonte: Arquivo pessoal

Esses dados revelam que a venda dos produtos para feira seria uma alternativa para os entrevistados, visto que, possibilitaria uma maior valorização dos preços dos produtos, pois ao vender aos atravessadores, que compram os produtos baratos visando à obtenção de lucro, os agricultores ficam em desvantagem. Em relação às famílias que responderam que parariam de trabalhar, uma possível explicação para este fato, seria a composição da família, formada apenas pelo marido e esposa, ambos aposentados não possuindo força de trabalho suficiente para tal atividade.

No gráfico 11 são evidenciados os resultados referentes aos destinos dos produtos. Onde observamos que 58% afirmaram que os destinos dos alimentos seriam para o banco de alimentos no SESC (Serviço Social do Comércio.) em Campina Grande. Dentre os entrevistados 42 % também afirmaram que seriam para as escolas e 33 % responderam que seriam destinados para os albergues e o CRAS. (Centro de Referência de Assistência Social) ambos localizados em Remígio.

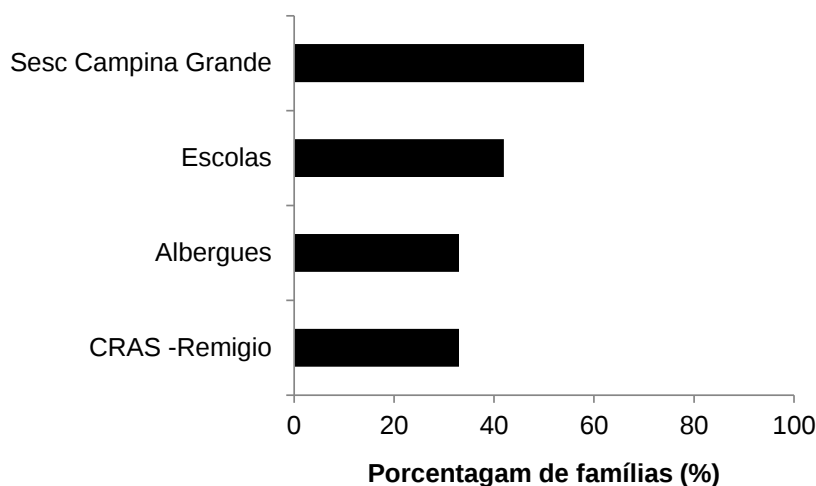


Gráfico 11. Distribuição dos produtos do PAA.

Fonte: Arquivo pessoal

Diante desses dados, nota-se que todos os participantes conhecem o local de distribuição dos alimentos, pois como foi constatado no dia da distribuição, são escolhidos entre o grupo que está realizando a entrega dos alimentos, pessoas responsáveis para ir junto ao transporte e, assim se fazerem presentes na entrega dos produtos conforme local indicado.

No gráfico 12 indica os locais de venda dos produtos antes da participação dos entrevistados no PAA, onde observamos que 83% tinham a feira livre como o principal meio de escoar a produção. Dentre os entrevistados 67% também afirmaram à venda por meio de atravessador, enquanto que 42% alegaram a venda através de encomendas, vizinhos e mercearia. Outros 17% responderam a comercialização para o PNAE.

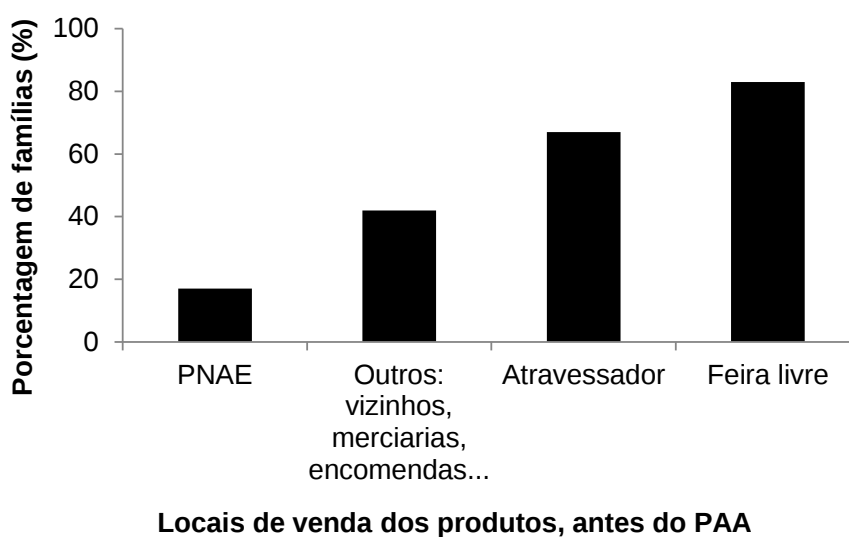


Gráfico 12. Locais de venda dos produtos antes da participação no PAA

Fonte: Arquivo pessoal

É interessante ressaltar, por meio desses resultados, apesar de todas as dificuldades que a feira livre propiciam, os entrevistados ainda preferem comercializar para a feira do que para o atravessador. Em relação ao PNAE, de acordo com relatos, esta baixa participação está relacionada com algumas dificuldades encontradas, uma delas seriam as questões político-partidária.

5.5 Qualidade dos Produtos

Uma embalagem adequada ao produto e ao transporte se refere a uma boa parte do sucesso na comercialização, o uso destes, evita perdas pós-colheita por danos mecânicos, que são porta de entrada para fungos e bactérias. Quando perguntado aos entrevistados o tipo de embalagem utilizada, todos responderam que utilizam caixas conforme as figuras abaixo.

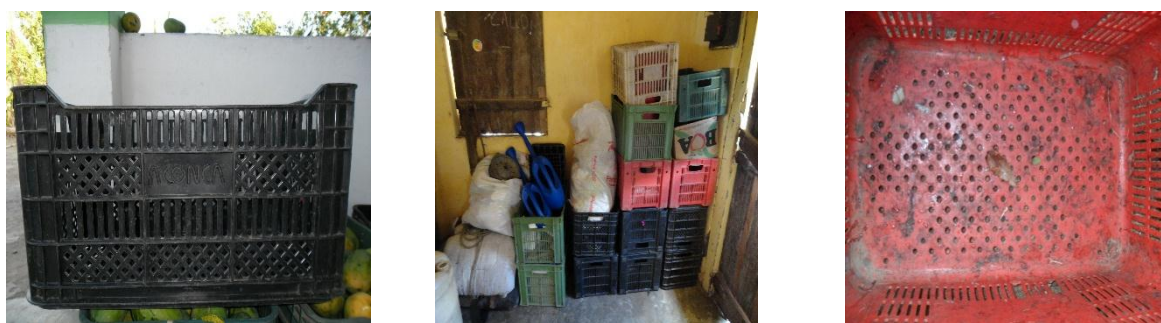


Figura 3. Embalagens utilizadas para comercialização do PAA, na Comunidade Negra de Camará, município de Remígio-PB.

Segundo relatos, as embalagens mais usadas atualmente são caixas plásticas, onde são acondicionadas as frutas e verduras. Boa parte das caixas foram adquiridas com recursos da associação e cada participante possui determinada quantidade de caixas, caso ocorra algum tipo de dano, este, fica responsável pelo mesmo. Após o uso as caixas são limpas com um pano úmido, para posteriormente serem reutilizadas.

Essas caixas foram desenvolvidas por um grupo de pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com o intuito de proteger os produtos contra agentes externos, como danos mecânicos, amassamentos e sobrecarga, e ainda agentes internos como acúmulos de gás carbônico a fim de proporcionar um bom arejamento do produto, algo indispensável para uma melhor conservação (EMBRAPA, 2003).

Cabe destacar que as caixas plásticas são indicadas para uso no transporte de curta distância e devem ser limpas, desinfetadas, empilhadas de forma a não estar em contato com o solo e transportadas o mais rápido possível para o local de destino.

Os equipamentos e instrumentos utilizados na colheita e no manuseio devem ser limpos e sanitizados através de lavagem com produtos adequados antes da reutilização para evitar a transmissão de doenças, pois uma caixa que embalou produtos infestados poderá levar consigo agentes contaminantes disseminando aos demais produtos.

Foi perguntado para cada agricultor se ele observa que há incentivos no PAA para a qualidade de seus produtos. Cerca de 58% dos entrevistados acham que há incentivos, enquanto que 42% acham que não há. Os agricultores que responderam sim enfatizaram o papel dos técnicos da Arribaça que sempre falaram da importância da qualidade dos produtos. Já àqueles que responderam não se voltaram para o papel da CONAB ou do governo. Segundo um agricultor, não há fiscalização ou acompanhamento por parte da CONAB para verificar se a qualidade é boa.

Outros agricultores também observa que não há incentivos, por não se pagar um preço diferenciado pelo produto de melhor qualidade. Essa ausência de fiscalização poderia ser explicada, pelo fato da grande quantidade de produtos que são entregues direto ao consumidor, tornando-se assim, inviável uma fiscalização direta da Conab em todas as compras.

Entretanto, sabe-se que é função do Conselho de Segurança Alimentar do município (CONSEA) efetuar o controle social local dos projetos. Portanto, os entrevistados afirmam que deveria haver ainda uma maior preocupação com a qualidade, orientações quanto à embalagem, aparência e armazenamento dos produtos.

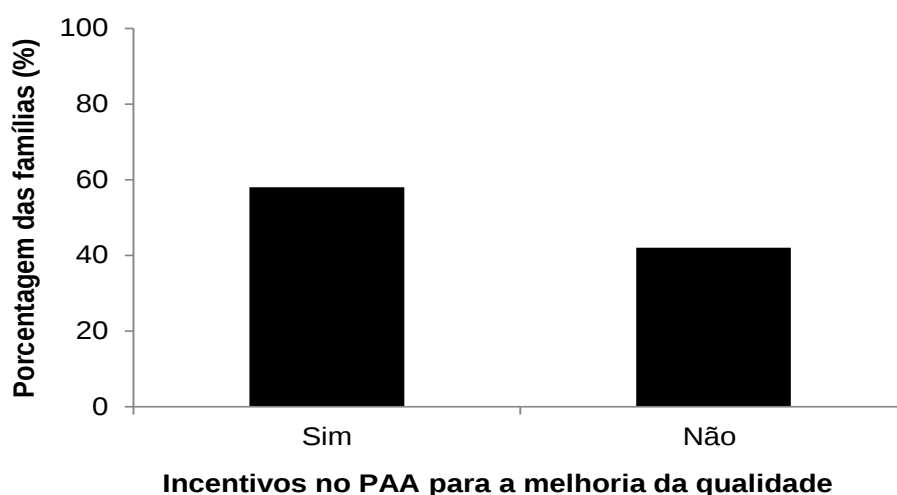


Gráfico 13. Percepção quanto aos Incentivos no PAA para a melhoria da qualidade dos produtos.
Fonte: Arquivo pessoal.

5.6 Planejamento da Produção e Regularidade de Oferta

Quanto à definição dos produtos e as quantidades que seriam incluídos no PAA, foi perguntado aos entrevistados o que eles desejavam vender para o PAA e quem os definiu, todos responderam que foi realizada uma reunião em que todos os participantes foram definindo seus produtos de acordo com a produção existente na comunidade.

No gráfico 14 observam-se que os agricultores inseridos no PAA fornecem 12 (onze) produtos, todos os participantes fornecem a laranja, pois é o produto que possui maior abrangência na comunidade, em seguida, a manga, a batata doce e a macaxeira

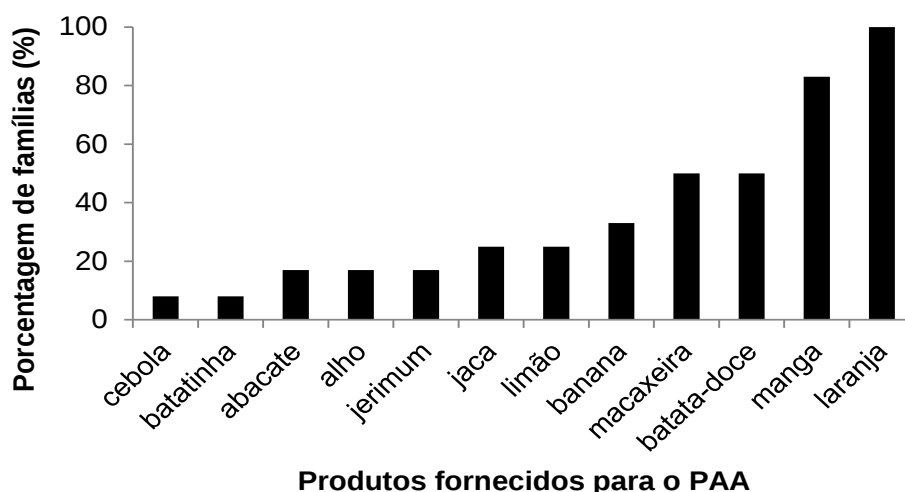


Gráfico 14. Produtos fornecidos para o PAA.

Fonte: Arquivo pessoal

Como visto na figura acima, é extremamente diversificada a oferta de alimentos comercializados pela agricultura familiar para o PAA. A distribuição dos tipos de alimentos também demonstra que, tanto os agricultores, quanto quem recebe os alimentos tem tido uma alimentação mais saudável, rica em frutas e verduras. Muitos desses produtos são regionais, típicos das tradições dos agricultores, pois contribuem para preservação da cultura local.

No gráfico 15 estão os resultados referentes ao registro dos dados da produção, para acompanhamento e identificação de possíveis problemas. Verifica-se que 67% faz registro dos dados, os agricultores destacam que só fazem para o PAA, enquanto que 33% não realizam.

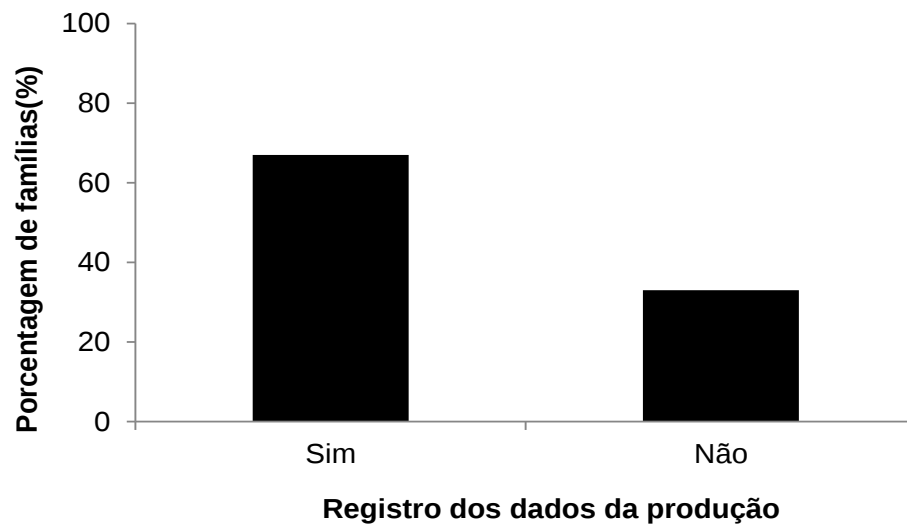


Gráfico 15. Registro dos dados de produção.
Fonte: Arquivo pessoal

Com base nos dados do registro da produção o agricultor terá algumas vantagens ao registrar sua produção, tais como: acompanhamento do lucro e custos advindos da venda dos produtos, da quantidade de alimentos produzidos na área, da quantidade de materiais necessários para o uso na produção, sem que haja desperdício, o controle de eventuais problemas, possibilitando soluções. Enfim, sendo essencial para análise da viabilidade econômica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas voltadas para o setor agrário, em especial, a agricultura familiar tem desempenhado papel importante no Estado da Paraíba, pois intervêm no processo produtivo e comercial dos produtos agrícolas, como percebemos ao analisar a Comunidade Negra de Camará, na cidade de Remígio.

O programa de aquisição de alimentos implantado na comunidade trouxe vários impactos econômicos mediante a verificação das diferenças na renda recebida pelos participantes que é mais elevada do que àquela que os entrevistados possuíam antes de participarem do mesmo.

Como ficou demonstrado esse programa favorece a vida desses trabalhadores no que se refere ao aumento da produção, pois permite uma regularidade da comercialização e propõe qualidade para os produtos agrícolas. Esta, por sua vez, foi considerada boa pela maioria dos agricultores. Entretanto, há muito que avançar para que os seus produtos conquistem novos mercados.

Em relação ao aumento da escala, conclui-se que houve “influência positiva” do PAA, à medida que aumentou a área e o volume de produção devido o cumprimento contratual exigido pelo PAA. Quanto ao planejamento da produção para entregar com regularidade conclui-se que os agricultores passaram, a partir do programa, a planejar a produção e a fazerem registros para efetuar a entrega. Então, de acordo com os dados da pesquisa observamos que o programa promove mudanças positivas em relação à adoção de medidas de gestão da produção familiar.

O estudo mostra que os fatores que corroboram com as dificuldades na comercialização para o programa é o transporte, o recurso demorado e o preço barato de alguns produtos. Mesmo assim existem aspectos positivos como: o aumento da renda, a garantia da venda e a autonomia dos agricultores. Além disso, constatou-se que o programa serve de subsídio para a diversificação da produção influenciando no resgate e preservação dos costumes, dos hábitos e da cultura local.

Contudo, verifica-se ainda que a maior parte dos agricultores possuem boa percepção do programa pois sabem que para participar deste são exigidos alguns critérios: possuir a DAP de suas terras e vincular-se a uma associação. Também foi constatado que a maioria dos agricultores sabem o destino de sua produção que será servida nas escolas, instituições de caridade, CRAS e SESC.

Diante do exposto, acreditamos que o projeto de pesquisa, ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NA COMUNIDADE NEGRA DE CAMARÁ, contribuiu significativamente para o entendimento do PAA nesta comunidade, além de ter relevância na produção acadêmica.

7 REFERÊNCIAS

AGAPTO, J. P; *et. al.* **Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) em campina do monte alegre, estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores.** Disponível em: < <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/IE/2012/tec2-03-04-2012.pdf>> Acesso em: 05 jan. 2013.

BALSADI, O. V. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – os primeiros resultados obtidos em 2003.** Informações Econômicas, São Paulo, v. 34, n. 5, p. 35-46, 2004.

BECKER, C, ANJOS, F.S, BEZERRA, A. J. A. **O impacto do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar na segurança alimentar e no desenvolvimento rural.** In: XLVIII CONGRESSO DA SOBER. *Anais...* Campo Grande - MS, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimento (PAA).** Disponível em < <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>>. Acesso: 24 nov. 2012

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.** 2011. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da agricultura-familiar](http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar)>. Acesso em: 16 dez. 2012

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar.** Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. 2010. Disponível em < <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/saiba-mais/publicacoes>>. Acesso: 24 dez. 2012

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Alimentação Escolar.** 2012. Disponível em: < <http://www.fnede.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em: 10 jan. 2013

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006.** Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <www.mda.gov.br> Acesso em 25 nov. 2012

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010.** Brasília: MDA/SAF, 2009. Disponível em: <www.mda.gov.br> Acesso em 25 nov. 2012

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010.** Brasília: MDA/SAF, 2009. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em 25 dez. 2012

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Disponível em <<http://www.mda.gov.br>> Acesso em 12 dez. 2012.

CAVALCANTI, N.; RAMOS, N. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos-compra antecipada especial da agricultura familiar com doação simultânea- para a alimentação escolar, no município de Remígio – PB.** In: VII Congresso Brasileiro de Agroecologia. **Anais...** Fortaleza/CE, 2011

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura Familiar.** Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

DELGADO, G.D; Conceição, J. C. P. R, Oliveira, J.J; **Avaliação do programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).** Brasília, IPEA, 2005. (Texto para discussão n. 1145)

DUARTE, S.M.A.; ARAÚJO, L. E. ; SILVA, L. **Mapeamento do nível de degradação ambiental da microbacia.** Timbaúba, Remígio-PB, UNOPAR Cient. Exatas Tecnol., Londrina, v. 8, n. 1, p. 53-58, Nov. 2009.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Embrapa Hortaliças lança nova embalagem para comercialização de tomate e pimentão.** Disponível em: <<http://www.redetec.org.br/inventabrasil/embtomat.htm>>. Acesso em 01 jan. 2013

FETAES. Federação dos trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo. Disponível em<http://www.fetaesp.org.br/fetaesp/index.php?option=com_content&view=article&id=18:dap-declaracao-de-aptidao-ao-pronaf-&catid=9:politica-agricola&Itemid=88> Acesso 20 jan. 2013

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em: 20 nov. de 2012

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Contagem da População 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pb>>. Acesso em: 20 nov. de 2012

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2010 Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_estatisticos/censo_2010/mapa_municipal_estatistico/pb/remigio_v2.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2012

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em: nov. de 2012

LEI Nº 11.326/06 DE JULHO DE 2006.**Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.** Diário Oficial da União Ano CXLIII Nº-141

LIMA, J.R.T.; FIQUEIREDO, M. A. B. **Extensão Rural, desafios de novos tempos:** agroecologia e sustentabilidade, Recife: Bagaço, 2006. 174p.

LOURENZANI, W. L.; LOURENZANI, A.E.B.S.; OTÁVIO, M. Disponível em <Batalha2http://www.fitoscience.com.br/administracao/upload/20100823_101648.pdf> Acesso 16 dez. 2012

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 05/11/2012.

MDS. Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso: em 20 nov. 2012.

MACIEL, L. R. **Mercado institucional de alimentos: potencialidades e limites para a agricultura familiar.** Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado, p.115, Brasília: 2008.

MATTEI, L. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa.** p.12, 2006.

OLIVEIRA, D. **Mercados e reprodução social – um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê – RS.** 2007. 211 f. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS.

RODRIGUES, A. C; *et.al* Produção e nutrição mineral do maracujazeiro-amarelo em solo com biofertilizante supermagro e potássio. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v.13, n.2, p.117–124, 2009.

SEPULCRI, O. E TRENTTO, J.E. **Mercado e a comercialização de produtos agrícolas.** Disponível <em comunidades.mda.gov.br/o/6026511>. Acesso em 24 nov.2012

SCHIMITT, C.J. E GUIMARÃES, L. A. **Agriculturas, O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica**, v.5, n.2, p.7, 2008.

SILVA, M. G.; SILVA, S. P. **Para além do acesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural.** Mercado de trabalho. Ipea. p. 88-93, nov. 2011

SOUZA, N.O. e LASCHEFSKI, K. , **Agricultura familiar: caracterização dos agricultores que comercializam seus produtos na feira de sábado à Avenida Santa Rita, VIÇOSA-MG.** Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Nayara%20de%20Oliveira%20Souza.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012

TURPIN, M.E. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional.** Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, p.176, Campinas – SP, 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** 6. Ed. São Paulo. Atlas, 2003

VIEIRA, D. F. A. **Influência do Programa de Aquisição de Alimentos na Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar**: o caso do município de Paracatu em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2008.

_____, D. F.A; VIANA, C.A.S. **O programa de aquisição de alimentos – PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar**. Brasília, 2007.

Disponível

em:

<http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/PAA_e_sua_relacao_com_o_modos_de_funcionamento_da_AF.pdf>. Acesso em 15 nov.2012

WAQUIL, P. D.; MIELE, M.; SCHULTZ, G.; **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. 1º Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Editora da UFRGS, 2010

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996. 18p.

APÊNDICE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE AGRONOMIA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA DOS AGRICULTORES

Entrevistador:

Data da entrevista: ____/____/____.

Pessoa entrevistada:_____.

1) Local de moradia

Comunidade:

Município: _____

Residência do responsável: () No estabelecimento () Em outro local - urbano () Em outro local - rural

Há quanto tempo mora na comunidade?

2) Composição da renda da família

Nº de membros na família

Quantas pessoas contribuem p renda?

Qual a fonte?

____% Aposentadoria / ____% Renda da produção agrícola / ____% Trabalho fora da propriedade. Renda obtida com as vendas do PAA

Houve aumento desta renda após a participação no PAA? () Sim () Não De quanto?

3) Caracterização da terra/produção

Qual é a área da sua terra?

Qual é a área que aproveita para plantar?

Além da produção agrícola, tem produção animal? Qual (s)?

Qual a sua condição de exploração? () arrendatário () meeiro () parceiro () título de uso () ocupante

4) Divulgação e percepção do PAA.

Na sua compreensão como funciona o PAA?

Qual a sua motivação para participar do PAA?

Quais as principais dificuldades para a comercialização do PAA?

O que acha que pode ser feito para melhorar o PAA?

Em sua opinião, o programa deve continuar? Sim () Não ()

Quais são os aspectos positivo do programa?

Quais os destinos dos produtos?

5) Mudanças na produção e comercialização. Por causa do PAA.

Passaram a produzir novos produtos: () Sim () Não. Quais?

Aumentaram a quantidade produzida?: () Sim () Não. Para quanto?

Para aumentar a produção, houve a necessidade de desmatar?

Passaram a planejar a produção para entregar com maior frequência (regularidade)?

() Sim () Não Quais produtos?

Melhoraram a qualidade dos produtos? () Sim () Não, como? _____Quais produtos?

Deixou de comer algum produto para vender para o PAA?

Se o PAA acabasse o que você faria?

Produção

Comercialização

() mantém () aumenta () diminui () mantém () aumenta () diminui

O preço de algum produto melhorou no mercado por causa do PAA? () Sim () Não

De quais produtos?

6) Qualidade dos produtos

Já houve reclamação da qualidade dos seus produtos?

Você acredita que há incentivos no programa para melhoria da qualidade?

Você usa agrotóxicos registrados para a cultura que você planta?

7) Planejamento da produção e regularidade de oferta

Como foram definidos os produtos e as quantidades para serem vendidos no projeto? Quem definiu?

Qual a periodicidade de entrega dos produtos?

Produto 1-----

Produto 2 -----

Você cumpre o planejamento de entrega dos produtos () Sim () Não

Qual o motivo de não cumprir?

Você substitui produtos? () Sim () Não

Você registra os dados da produção para identificar problemas e poder solucioná-los?